"PEC DO BASTA"

GOVERNADOR SUGERE LEI PARA PROIBIR AUMENTO DE IMPOSTOS NO PAÍS

***PEC** pretende coibir o aumento de impostos nas esferas municipais, estaduais e federal*

FOTO: DIVULGAÇÃO

ELE SE REUNIU COM OS REPRESENTANTES DA FPA

MAILSON PRADO / SECOM-MT

O governador Mauro Mendes sugeriu, em reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a criação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa proibir o aumento da carga tributária no país.

Ele se reuniu com os representantes da FPA na última terça-feira, 11, em Brasília.

"Tivemos uma importante reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária para atuar contra a medida provisória apresentada no Congresso, que resultará no aumento da carga tributária e afetará o cidadão e o setor produtivo brasileiro", explicou.

A PEC do Basta, sugerida pelo governador, pretende coibir o aumento de impostos nas esferas municipais, estaduais e federal até a reforma tributária entrar em vigor, em 2033.

O governador citou o descontentamento do povo brasileiro com a quantidade de impostos pagos atualmente.

> ***NINGUÉM AGUENTA MAIS O AUMENTO DE IMPOSTOS NO PAÍS***

Em Mato Grosso, Mauro ainda enfatizou a responsabilidade fiscal adotada pelo Executivo Estadual ao longo dos últimos cinco anos como um dos principais motivos para não elevar impostos em Mato Grosso.

"Não podemos aceitar que mais uma medida, através do Congresso Nacional, insira um dispositivo que permita os estados brasileiros a elevarem os impostos. Ninguém aguenta mais o aumento de impostos no país", afirmou.

Mauro Mendes lembrou que Mato Grosso se recusou a aumentar os impostos após a aprovação da Reforma Tributária. Além disso, o Governo do Estado foi a unidade da federação que mais reduziu ou isentou impostos no país.

"O Estado de Mato Grosso não vai elevar seus impostos e se submeter a essa medida", declarou.

Também participaram da reunião na FPA, representando Mato Grosso, os senadores Jayme Campos e Margareth Buzetti; a deputada federal Coronel Fernanda; o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia; e o presidente da MT Gás, Aécio Rodrigues.

FOTO: DIVULGAÇÃO

APROVAÇÃO ACONTECEU NA TERÇA-FEIRA, DIA 11

INTERMUNICIPAL

Vereadores aprovam retorno de Tangará da Serra ao Consórcio de Saneamento Básico

ROSI OLIVEIRA / REDAÇÃO DS

Fora por algum tempo do Consórcio Público Intermunicipal de Saneamento Básico (Aris), a partir de decisão da Câmara Municipal de Tangará da Serra durante Sessão Ordinária realizada na última terça-feira, dia 11, o município de Tangará da Serra, após sanção do prefeito Vander Masson, retornará ao consórcio.

O projeto solicitando a aprovação da Casa de Leis foi encaminhado pelo Executivo em razão do Novo Marco Legal, que tem como intuito viabilizar a universalização dos serviços básicos de saneamento básico até 31 de dezembro de 2033, assegurando o atendimento a 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgoto.

Como destaca trecho do projeto, os municípios podem optar ainda por formar consórcio, com o objetivo exclusivo de atuar no âmbito da regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, com personalidade de direito público.

> ***REGULAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E CUSTOS REDUZIDOS***

Dessa forma, o município, por meio de seu representante, o prefeito, entende que o atendimento às exigências da Lei Nacional de Saneamento Básico deva ser de forma integrada, e que a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, para ter custos reduzidos, necessita de escala, e integração regional, através da constituição de consórcio público, como via mais adequada.

Além de Tangará da Serra, o município de Lucas do Rio Verde estará de volta à agência que é composta por: Acorizal, Aripuanã, Cáceres, Juara, Juína, Paranatinga, Poconé, Rondonópolis e Sapezal.